



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



A pesquisa histórica: o tornar-se historiadora e historiador

Prof.^a Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz¹

RESUMO

Uma reflexão sobre a pesquisa histórica e sua importância como um dos eixos estruturantes na formação do profissional da História, na construção de historiadoras/es, é o tema tratado no presente artigo. Para sua abordagem, considere dois movimentos: no primeiro, o esforço esteve centrado em mostrar os nexos e as relações entre a pesquisa, a escrita e o ensino de História; no segundo, priorizei meus percursos educacionais e acadêmicos em meio aos quais tornei-me uma historiadora feminista.

PALAVRAS-CHAVE História. Pesquisa. Escrita. Ensino. Formação Profissional.

ABSTRACT

This article reflects on historical research and its importance as one of the fundamental pillars in the training of history professionals and in the making of historians. To address this topic, I adopt two complementary approaches. First, I examine the connections and interrelationships between historical research, historical writing, and the teaching of History. Second, I focus on my own educational and academic trajectory, through which I became a feminist historian.

KEYWORDS History. Research. Writing. Teaching. Professional Training.

* * *

(...) Mestre não é quem sempre ensina mas quem de repente aprende. Eu quase nada sei... Mas desconfio de muitas coisas... Quem desconfia fica sábio... O espírito da gente é cavalo que escolhe estrada (...)

(...) Vivendo, se aprende, mas o que se aprende, mais, é só a fazer maiores perguntas (...). (ROSA, 1984)

¹ Pesquisadora e professora emérita do Departamento de História da Universidade de Brasília, Atuou como docente nos cursos de graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Pesquisa sobre História e Historiografia das Mulheres e História, Epistemologia feminista e de Gênero, com publicações sobre tais temáticas em revistas especializadas e capítulos de livros.

Não nascemos historiadora e historiador. Nós assim nos tornamos e como tais somos conhecidas(os) e reconhecidas (os) pelos pares e comunidade acadêmica, nos espaços institucionais, nos campos profissional e editorial, em meio aos percursos que construímos na produção de nós mesmas(os), nesse “fazer-se” de cada uma/um como profissional da História. Trata-se de processo perpassado por múltiplas e diversas experiências, movidas e impulsionadas pelo incontornável desafio colocado a todos do ofício, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo, de aprender mais, de “fazer maiores perguntas”, à vida e ao já vivido, a partir de nosso mirante temporal, nosso presente. Esse “aprender mais” envolve, sem dúvida, o domínio teórico e prático da pesquisa, da escrita e do ensino da história, tripé que sustenta e legitima nosso fazer profissional no campo da história e correspondente reconhecimento social.

Embora reconheça a importância fundante da pesquisa histórica nesse processo, prefiro pensá-lo alargando seu espectro, ampliando suas dimensões, nexos e relações, acrescentando outros elementos que avalio serem igualmente dele constitutivos, e também, e ao mesmo tempo, dele constituidores. Destaco, entre aqueles, a própria escrita da história e seu estatuto de inteligibilidade, com a circulação e compartilhamento do conhecimento produzido principalmente, mas não exclusivamente, via seu ensino. Penso que esse tripé – pesquisa/escrita/ensino – ancora e alimenta tal processo, pavimentando nossa construção como historiadoras(es). Pelo menos, foi esse caminho que trilhei e nesse caminhar me tornei historiadora. E, por certo, muitas outras pessoas que abraçaram ou abraçarão esse ofício.

Gosto de pensar a pesquisa e a escrita da História na acepção dada por Michel de Certeau, de uma “operação historiográfica”, ou seja, a articulação entre três elementos inseparáveis: um lugar social (as instituições e arquivos a partir dos quais trabalhamos), uma prática (os procedimentos técnicos de pesquisa), uma escrita (um produto final, um texto, uma narrativa) (CERTEAU, 2006, p. 11-32). Ressalte-se que esse lugar social é engendrado em meio à historicidade do espaço institucional e dos arquivos e também do sujeito que pesquisa, ou seja, pela sua localização no mundo, seu tempo

presente, perpassado de passado e também de projeções quanto ao futuro, como bem sublinhou Koselleck (2006, p. 205-227).

Reconhecer historicidade da História, implícita no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social, é uma das exigências colocadas ao campo disciplinar e aos do ofício. Pensar a historiografia a partir da relação paradoxal entre dois termos antinômicos – o real e o discurso –, e de sua “tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulassem” (CERTEAU, 2006, p. 32), é desafio incontornável à prática da escrita da História. Escrever história, essa operação que estabelece uma relação com o tempo que não nem a primeira nem a única possível, implica “gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão (Idem, p. 11).

O reconhecimento dessa condição aponta-nos para a impossibilidade de uma sistematização totalizante da experiência temporal e para a possibilidade de investir na pluralidade, especificidade e diversidade, porque os discursos se inscrevem, como nos ensinou o referido historiador, “eles próprios em seguimento a ou ao lado de muitos outros”; enquanto falam da história, estão sempre situados na história” (Idem, *ibidem*, p. 32).

Reconhecer-se como historiadora ou historiador cobra-nos de nós, que “escolhemos tal estrada”, explicitarmos nossa localização no espaço acadêmico, no campo do exercício profissional e no mundo em geral, pois sempre falamos de um lugar social. Foi, portanto, a partir dessa incontornável localização, solo em que me identifico e sou socialmente identificada como mulher, professora, pesquisadora, historiadora, feminista e cidadã, é que refleti sobre a relação entre a pesquisa histórica e o processo de nossa construção como historiadoras(es).

Longe de mim, a intenção e pretensão de buscar minha identificação em uma essência ontológica, uma unidade coerente em torno da noção fixa, estável e invariável, nomeada como “mulher”. Ao contrário, penso-a justamente como categoria heterogênea, plural, instável, construída historicamente por discursos e práticas diversas e variáveis no tempo e no espaço e sobre os quais repousam os movimentos feministas. Mulher,

pensada, portanto, na acepção ampla de posição política, posicionada no campo movediço, mutável e arriscado da ação e reflexão dos estudos Feministas e de Gênero (COSTA, 1998, p. 138). Enfim, como uma pessoa politicamente assumida e historicamente engendrada; ou seja, urdida e enredada nas interseccionalidades das múltiplas dimensões sociais – de classe, raça, sexo/gênero, idade, religião, ocupação, escolaridade, dentre as principais – que me constituem como tal e orientam minha localização no mundo. Sob essas balizas, leio e interpreto o mundo e projeto sua transformação.

Sou, portanto, uma historiadora comprometida com a mudança, com a construção de uma sociedade efetivamente democrática, estruturada consoante a perspectiva cidadã de pleno acesso de todos seus integrantes “ao direito a ter direitos”, na precisa definição de Hannah Arendt (1995). Aposto, portanto, na transformação das relações humanas, em uma sociedade na qual toda mulher tenha assegurado seu direito ao seu espaço de fala e lugar de sujeito na política, na ciência, na cultura, na história. Sou, sem dúvida, uma historiadora feminista.

No ato em que me identifico como historiadora feminista, estou expressando minha visão de mundo e a posição teórica que ilumina e referencia meu fazer no campo da Historiografia e História das Mulheres. À luz da crítica feminista, da Epistemologia Feminista e de Gênero, sou uma historiadora comprometida com o esforço coletivo e político de conferir dizibilidade e visibilidade à presença das mulheres na história de nosso país (MUNIZ, 2018). Ainda pesquiso e escrevo, e muito ensinei, sob tal abrigo a partir desse lugar social. Sob perspectiva crítica feminista, meu entendimento é o de que a História é elaborada a partir de suas condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. Como tal, não é construção neutra, apolítica, não posicionada; pelo contrário, é um saber que se encontra atravessado por relações de poder. Trata-se de campo em litígio, em constante enfrentamento entre narrativas, tensionado pelas disputas em torno do controle da leitura do passado, de modo a controlar a visão do presente, como lucidamente sublinhou Manoel Salgado Guimarães (2000, p. 12).

Tal como esse historiador de olhar atento e leitura sensível, compartilho a concepção de que a história não é sinônimo de passado, nem mesmo de exatidão; é um discurso posicionado, interessado em domesticar o passado a partir das ideias, valores, interesses, enfim, de visões de mundo e significações de quem o elabora, individual e coletivamente. A escrita da História e a pesquisa que a sustenta e a fundamenta não são registros neutros e desinteressados acerca do passado, mas práticas intelectuais e políticas, posicionadas e interessadas.

Nunca é demais lembrar que toda pesquisa histórica envolve uma mirada que fazemos ao passado, a partir de uma questão colocada pelo nosso presente. Seja uma ausência, muitos silêncios, ou algumas permanências; seja uma presença, muitos ruídos, ou algumas mudanças; o que é exigido inicialmente de nós, praticantes desse ofício, é a sua problematização. Nesse exercício, nesse esforço primeiro de acessar a historicidade do evento, penso que o mais importante é buscar conhecer e compreender o “como” mais do que o “porquê”. Como o tema/assunto foi tratado pela historiografia? Como foi narrado nos diversos registros?

Não por acaso, continuando com Certeau (idem, p. 11), o gesto primeiro de quem pesquisa, mobilizado pelo desafio de acessar a historicidade dos constructos sociais e históricos, retirando-os de uma suposta “ordem natural das coisas”, desnaturalizando-os e localizando-os como criações humanas, começa com o trabalho com as fontes. Trata-se de exercício que inclui separar, selecionar, reunir e organizar certos fragmentos, vestígios, de seus contextos originais, redistribuindo-os de outra maneira, sob nova ordem discursiva. Nesse gesto primeiro, em que conferimos àqueles fragmentos o estatuto de documento, opera-se uma ressignificação: deixam de ser apenas vestígios do passado e passam a responder às perguntas que lhe formulamos a partir de nosso lugar social.

Nesse sentido, não há como considerar o documento como “prova” do que realmente aconteceu, mas como um produto discursivo acerca do passado, um corpus racionalmente organizado pelo sujeito que pesquisa. Esse corpus representa a base material indispensável à pesquisa histórica. É ele que nos

interpela e nos convoca para o exercício que nos é exigido de historicizar, refazer o percurso de experiência histórica, entre o narrado e o vivido. Percurso, esse, que é construído na prática mesma da investigação sem qualquer garantia de exatidão plena. Historicizar, gosto de insistir nesse verbo de nosso ofício, para bem demarcar essa exigência colocada a todos nós, historiadoras e historiadores. Historicizar, diferentemente da historiar e historizar, compreende o exercício de refazer o percurso, acessar a historicidade da história, retirando-a da ordem natural, providencial, ou atemporal e localizando-a como criação humana (MUNIZ, 2019, p. 148).

A referência aos documentos, e também às práticas de indagação e interpretação que lhes são correlatas, remetem-me a duas perspectivas que formam e informam a pesquisa e a escrita da história: objetividade e subjetividade. A pesquisa histórica é reconhecidamente uma operação intelectual, seletiva, objetiva, racionalmente controlável, realizada por nós, historiadoras/es. Para tal, obedecem a um conjunto de regras, técnicas e procedimentos próprios do campo, arbitrados e legitimados por e entre pares. Com efeito, são esses ordenamentos que definem o que pode e o que não pode ser dito e escrito como “história”, do que pode ser aceito como “verdade”, como regime de “veracidade” em cada época, entre a comunidade de historiadoras(es). Apesar e por conta desses limites, existe o reconhecimento entre pares, e também além deles, de que o conhecimento histórico resultante da pesquisa e escrita da História não é um saber relativista: ele é relativo às regras de sua produção. Assim, torna-se possível fazer a distinção entre narrativa histórica e quaisquer outras narrativas. Nem tudo é História, no sentido estrito e específico do termo.

Por outro lado, as referências à exigência interpretativa na operação historiográfica remetem-nos também à subjetividade, dimensão que escapa às pretensões de objetividade plena nesse fazer. Com efeito, tal exigência implica uma atribuição de sentidos, inclui transitar pelo universo da linguagem, do imaginário e do simbólico. Atentar e incorporar tais elementos na interpretação das diferentes narrativas documentadas exige de nós, pesquisadoras/es, reconhecer que nenhuma linguagem é neutra, nem

transparente, nem sequer “reflexo” do real, mas sua representação. As linguagens são práticas discursivas instituintes do real e, também, e ao mesmo tempo, por ele instituídas.

Entendo, assim, que a subjetividade é também dimensão inescapável da escrita da história; já que subjacente ao ato de interpretar. Organizamos racionalmente o corpus documental, identificamos, relacionamos e analisamos objetivamente as informações nele contidas segundo as regras e procedimentos próprios do campo. Nessa análise, a dimensão subjetiva se revela, já que envolve nosso conhecimento de mundo e nossas próprias percepções, engendradas em meio à linguagem, esse sistema de signos e símbolos cultural e socialmente produzidos e compartilhados. Avalio que a História se fragiliza como ciência, justamente quando insiste em negar, silenciar ou subestimar a subjetividade que lhe é constitutiva. Sem dúvida, ela assim procede justamente com o intuito de reafirmar a objetividade, significada como uma espécie de lastro, de garantia de seu estatuto de ciência, de seu regime de veracidade. Ao invés de uma neutralidade impossível, reconhecer os próprios sentimentos e perspectivas permite a quem pesquisa exercer o rigor científico e o autocontrole contra distorções ideológicas (KOSELLECK, 2006, p. 311-337).

História é umas das Ciências Humanas, com suas regras e critérios, suas especificidades, sua singularidade. É um saber singular pelos “encontros” que promove com outras ciências sob o signo da temporalidade, na feliz definição de Angela de Castro Gomes (2009, p. 23). Prefiro pensar a História nos termos pensados por Chartier (2001), como um discurso misto, situado entre conhecimento e narração. E não tenho receios quanto a assumir a subjetividade constitutiva do discurso histórico. Atenua muitas de minhas dúvidas quanto a essa suposta fragilidade da História, pensar consoante a orientação de Sirinelli: “assumir a subjetividade é meio caminho andado para controla-la” (SIRINELLI, 1999).

Escrever história compreende a etapa final da pesquisa histórica e também seu produto, traduzido sob a forma de um texto, uma narrativa. Sua importância revela-se nas várias possibilidades que encerra, dentre essas, a

localização, a compreensão e a transformação do presente. Afinal, se o passado conta é pelo que ele significa para nós, então o saber histórico nos ajudará a compreender melhor a sociedade em que vivemos – múltipla, diversa, complexa e desigual – e a nos posicionar livremente quanto ao que defender e preservar e também ao que combater e mudar. Como se trata de construção inacabada, regida por regras das instituições e da comunidade, interpelada pelas demandas e questões do presente, a reescrita da história sempre se impõe, acompanhando as mudanças e também as permanências, consoante seu propósito de gerar um passado, de acessar sua historicidade, para construir no presente uma razão.

Penso que, contemporaneamente, nesses nossos tempos das tecnologias digitais, com o avanço da Inteligência Artificial, tal propósito permanece. Os múltiplos usos, enfoques e abordagens da História por certo sofrerão mudanças, redirecionamentos e ressignificações, com ampliação ou redução de seus limites e possibilidades. O desafio das historiadoras e historiadores é justamente realizar o exame crítico da localização do campo disciplinar no espaço virtual, como também dos investimentos feitos, quanto às novas formas de linguagens criadas para ocupar tal espaço. Penso que a escrita da história, independentemente dos meios e linguagens utilizadas para sua produção, comunicação e compartilhamento, sempre será a “operação cognitiva que torna visível e dizível, isto é, inteligível a experiência temporal” (RICOEUR, 1997, p. 315). E sempre seremos nós, historiadoras e historiadores, os profissionais capacitados, credenciados e legitimados para tal. Escrever história foi talvez a atividade intelectual que mais profundamente desenhcou em mim os traços da historiadora que me tornei.

2. O tornar-se historiadora feminista

A experiência primeira com pesquisa em arquivos ocorreu, não com a graduação em História na UFMG, mas com o mestrado na UnB, nos anos 1980-1985. Até então eu me reconhecia apenas como professora de História do ensino fundamental (Educação Básica) e médio. O mestrado em História

Política do Brasil pavimentou o caminho já delineado desde a graduação quanto à minha profissionalização no campo. Por meio dele, aprofundei minha formação, pois ampliei minhas leituras e diálogos com a historiografia, meus contatos com os documentos dos arquivos, meus procedimentos de pesquisa. A escrita da história dela resultante foi a dissertação “As Salvações Nacionais: o caso do Ceará (1910-1914)”. Pesquisa realizada nos acervos da Câmara e do Senado – mensagens presidenciais, debates parlamentares, legislação – como também de jornais nacionais e locais – e literatura memorialística.

Foi um estudo centrado no enfoque estritamente político das “Salvações Nacionais”, sem diálogos com as dimensões culturais e sociais, também constitutivas daquele movimento e dos atores nele envolvidos. Escrevi uma história que não correspondia às minhas expectativas, não atendia às minhas exigências acadêmicas. Minha avaliação foi sempre a de que faltava algo, não obstante a exaustiva pesquisa realizada em expressivo corpus documental, não considerava os diálogos com outros saberes e nem com outras dimensões da experiência histórica considerada no estudo. Permanecia irrealizado aquele meu desejo de transitar por outros campos disciplinares, de “apascentar ovelhas de outros rebanhos”, nos dizeres de Marc Bloch (2001).

Com efeito, já naquela época, pensar a História a partir de modelos explicativos, mais ou menos aprisionados a esquemas redutores, era um modo de pensar que não mais satisfazia às minhas exigências. Aquela formação acadêmica recebida na graduação e no mestrado, ancorada predominantemente nos quadros teóricos do materialismo histórico, já me parecia limitada e restritiva. Embora abrigada sob tais quadros, alinhada a autoras e autores identificados com o pensamento marxista, que se tornou referência para o meu modo de pesquisar, escrever e ensinar história naqueles tempos idos, eu já os considerava insuficientes para dar conta da complexidade, variabilidade e instabilidade da experiência temporal. Eu me sentia desafiada a pensar e praticar uma história “múltipla, libertária e diferentemente”, tal como proposto por M. Rago (1995, p. 82).

É bem verdade que esse deslocamento de rumos e perspectivas não significou o abandono total de referências. Permaneço à esquerda do espectro

político em minha localização no mundo. Continuo compartilhando a ideia de história pensada como movimento, como experiência, como luta, não apenas de classe, mas também luta identitária, como enfrentamento, como mudança, dentre algumas permanências. Todavia, a experiência do doutorado, e com ela meus encontros com a crítica feminista e com o pensamento pós-moderno, deslocou meu caminhar para outra direção, a de uma historiadora feminista. Foi uma guinada sem recuos, sem receios, sem retorno...

Com efeito, foi mesmo minha “virada histórica”, esse movimento de ruptura que escolhi fazer em meu percurso acadêmico e histórico. Trata-se de “virada” inscrita no movimento de profundas mudanças e redirecionamentos nos sistemas de pensamento ocidental, iniciado no pós-guerra e com mais visibilidade nos anos 1980-1990. Um novo modo de ver se construía no campo disciplinar da História: novos objetos, problemas, abordagens, perspectivas, dimensões, fronteiras e diálogos. Também nesse campo, abriram-se espaços para se pensar a diferença, a variabilidade e a pluralidade das categorias sociais e históricas. Nas inúmeras mudanças em processo, operou-se a da inclusão dos excluídos, dentre estes, as minorias; dentre estas, as mulheres, até então assim denominadas, embora compreendessem a metade da humanidade.

Naqueles inventivos anos 1990, cumprir o programa de doutorado na USP possibilitou-me uma maior e mais aprofundada aproximação com esse mundo novo, nos sentidos histórico e historiográfico. Meu encontro com a Epistemologia Feminista e de Gênero, ainda bem inusitado para historiadoras/es, foi condição de possibilidade para minha “virada histórica”. A partir de então abracei uma história posicionada, interessada e empenhada em quebrar os silêncios discursivamente produzidos acerca da presença e protagonismos das mulheres. Tornei-me uma historiadora comprometida, portanto, com a luta pelo reconhecimento entre os pares, e além deles, quanto ao estatuto de inteligibilidade das mulheres, sujeitos políticos e históricos, no discurso historiográfico.

Os feminismos participaram da ampla crítica cultural e teórica aos modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas. Criticaram

categorias e lógicas que se apresentam como universais, mas que são excludentes, pois não dão conta de pensar a diferença. Questionaram a objetividade e a neutralidade como noções que se encontram cristalizadas, naturalizadas, impregnadas de preconceitos, mas que se apresentam verdades. Nesse mesmo movimento crítico, mostraram o quanto os padrões de normatividade científica encontram-se impregnados por valores masculinos, raramente filóginos (RAGO, 2000, p. 25). O caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência foi denunciado pela crítica feminista, ao expor as intrínsecas relações entre poder e saber na operacionalidade da ciência. O aporte teórico produzido pela crítica feminista, reconhecido como Epistemologia Feminista, expondo o sexismo operante na estruturação dos saberes, das ciências e das relações sociais, foi ancoragem e perspectiva indispensáveis para a elaboração de minha tese. Para minha construção como historiadora feminista.

Ao historicizar a experiência de escolarização das meninas na província de Minas Gerais, descubro-as frequentando as escolas primárias de instrução pública em número bem menor do que os meninos. E isso ocorria porque as famílias conferiam menos importância à formação escolar de suas filhas em relação à de seus filhos. Além disso, descubro-as recebendo uma educação diferenciada e desigual em relação à dos meninos: elas eram preparadas para o exercício doméstico, para os cuidados com os filhos, o marido, a casa; para o lar. Os meninos eram preparados para o exercício de trabalho remunerado, para o ingresso no espaço público dos negócios, da política, da administração e da gestão; para o mundo. Descubro, enfim, a escola funcionando como uma tecnologia social do gênero, produzindo os efeitos hierarquizantes de masculino e feminino em corpos, comportamentos e relações sociais, como apropriadamente teorizou Tereza de Lauretis (1994, p. 284).

Pesquisar e escrever a história dessa experiência exigiu-me um longo e exaustivo trabalho de investigação nos arquivos de Minas – Arquivo Público Mineiro, acervos dos colégios Macaíba, Providência e N. S. das Dores, na hemeroteca Antônio Torres de Diamantina – rastreando vestígios em fragmentos os mais diversos acerca da presença das meninas e de suas

mestras nas escolas mineiras. Todo esse corpus documental possibilitou-me des-cobrir suas presenças nesse exercício de quebrar silêncios, desnaturalizar constructos, revelar, enfim, a operacionalidade do poder, na pesquisa que atentamente realizei. E, ao mesmo tempo, construí-me como historiadora feminista.

Por último, e retrospectivamente, avalio as experiências com o ensino médio e fundamental (últimas séries), e posteriormente com o ensino superior, como professora de História, não podem ser desconsideradas nesse meu processo de “tornar-me historiadora”. Afinal, toda a dinâmica da sala de aula, do ato de ensinar e aprender, envolve também o docente e exige dele a constante indagação sobre seu campo de atuação. Além disso, a prática docente inclui os indispensáveis diálogos e também confrontos com alunas e alunos, com os textos, livros, autores, e conteúdos, enfim, com as demandas cotidianas que alimentam a prática de pesquisa. É por meio da prática do ensino que ocorre a comunicação, o compartilhamento do conhecimento histórico_produzido. Penso que, sem dúvida, a prática docente representou para mim uma permanente aprendizagem, um estímulo constante para pensar e repensar o campo da História, para pesquisar e escrever a História das Mulheres, e, ao mesmo tempo, atuar na capacitação de historiadoras e historiadores. Reconheço que tal fazer deixou suas marcas na historiadora que me tornei...

Sou, reconhecidamente, uma historiadora feminista posicionada, isto é, comprometida com o projeto feminista de transformação das relações entre mulheres e homens, do pleno acesso das mulheres à cidadania, entendida como igualdade e como eliminação de qualquer hierarquização fundamentada no natural, como precisamente definiu Hannah Arendt (1995). Como tal, coerentemente alinhada à expectativa de que “dias mulheres virão”. A luta política envolvida nesse projeto transformador inclui a aposta numa prática de pesquisa, escrita e ensino de História sintonizada com a perspectiva emancipatória, inclusiva e igualitária da crítica feminista. Sob tal visão, o investimento em uma escrita da história desatrelada da lógica androcêntrica e patriarcal, cujos termos respondem justamente pela exclusão das mulheres,

pelo silenciamento de suas presenças e protagonismos históricos. Nunca é demais insistir que essa mudança requer um deslocamento de enfoque: empreender uma escrita da História em que mais do que reparar uma exclusão, as mulheres sejam alçadas e incorporadas na historiografia à condição de objeto legítimo de estudo e à posição de protagonistas. Comprometer-se, enfim, com uma História que invista na multiplicidade, diversidade e instabilidade como premissas básicas; que esteja atenta às condições de possibilidade e de imaginação para a investigação; que aposte no novo, na “descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos modos interpretativos do patriarcado”, como proposto por Tania N. Swain (2014, p. 6-7).

Trata-se de um modo de pensar, escrever e ensinar a História que nos reconforta e nos aproxima como possibilidade, ao invés de representar um fardo a pesar sobre nós, impondo ao futuro um sentido já inscrito no passado. História, essa, que, não obstante as profundas mudanças que vivenciamos contemporaneamente, continuará sendo uma força e uma referência, tal como projetado por Manoel Salgado Guimarães (2000, p. 36):

(...) para pensarmos com liberdade o futuro que queremos, um futuro que, como o passado, não resultou de uma natureza da História, mas das escolhas dos homens e das mulheres na História. Que o diálogo com a História e da História com outras disciplinas possa ser estimulante para pensarmos o que desejamos para condição humana, sobretudo quando o futuro parece guardar tantas interrogações a este respeito (...).

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. “Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento”. In: PESAVENTO, Sandra J. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

COSTA, Cláudia de Lima. “O tráfico de gênero”. In: *Cadernos Pagu. Trajetórias de gênero*. Campinas: UNICAMP/NEG, n. 11, 1998, p. 127-140.

GOMES, Angela de Castro. “É a História uma ciência? O IHGB e os historiadores da Primeira República”. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 21-52.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em Revista*, v. 6, Pelotas, 2017, p. 21-36.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006, p. 311-337.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre a História e historiografia das mulheres. In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: UFU/NEGUEM, v. 31, n. 1, jan./jul. 2026, p. 147-164.

RAGO, Margareth L. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural – Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

RAGO, Margareth L. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997, Tomo III, p. 315-327.

RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 16ª ed., 1984.

SWAIN, Tania Navarro. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susan de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

Recebido em Agosto de 2026.

Aprovado em Agosto 2026.